

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores federais terão horário especial nos jogos do Brasil..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Correção de benefícios na pauta..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Ideia de que o teto de gastos é fundamental para garantir a disciplina fiscal é uma falácia  
..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Centrão articula manobra para destravar emendas..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Para recompor Censo, governo dispensa concurso..... 9

VALOR ONLINE - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Família Bolsonaro negocia espaço em SP com Tarcísio..... 10

G1 - NACIONAL - MUNDO  
SEGURIDADE SOCIAL

Copa do Mundo 2022: veja como será o atendimento em agências do INSS em dias de jogo do  
Brasil..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministro do TCU se retrata de gravação em que fala sobre militares..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PL 'cripto' vai a plenário sem acordo sobre segregação patrimonial..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CNJ lançará plataforma para penhora de jatinho e helicóptero de devedores..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas no Simples têm direito a benefício fiscal do setor de eventos..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy propõe gatilho na reforma para evitar perdas de Estados e municípios..... 17

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Superintendente da Zona Franca de Manaus diz que reforma tributária é urgente..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Receita prevista de R\$ 2,3 tri..... 20

O GLOBO - RJ - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Novo governo vai debater taxaço de sites de apostas .....	21
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA Questão fiscal ameaça atividade e inflação .....	22
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Comércio EUA-Europa cresce e reforça a aliança ocidental .....	23
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA PECs alternativas para frear ganança .....	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA Articulação para liberar R\$ 7,9 bilhões .....	25
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA Mais integração e desenvolvimento (Editorial) .....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Gasto extra de até R\$ 136 bi não gera expansão fiscal, diz equipe de transição .....	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Lula vai precisar elevar carga tributária, afirmam especialistas .....	29
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA Passos corretos na COP-27 (Editorial) .....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Nelson Barbosa diz que há espaço para gastar R\$ 136 bi a mais em 2023 .....	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Congresso articula liberação de R\$ 7,9 bi do orçamento secreto .....	34

# Servidores federais terão horário especial nos jogos do Brasil

*Cristiane Gercina*

Os **servidores públicos** federais terão horário especial de trabalho nos dias em que houver jogo do Brasil na Copa.

Portaria do Ministério da Economia permite aos funcionários públicos o encerramento do expediente duas horas antes do horário dos jogos do Brasil, conforme o horário de Brasília. As regras não valem para serviços considerados essenciais.

As horas não trabalhadas deverão ser compensadas entre 1º de dezembro de 2022 e 31 de maio de 2023. A forma de compensação ficará por conta do gestor e dependerá do tipo de trabalho adotado pelo órgão.

Os bancos públicos também terão horário especial de funcionamento, assim como as demais agências bancárias do país, segundo a Febraban. O pagamento de contas deve ser feito, pois os vencimentos não serão alterados. Para isso, haverá caixas eletrônicos disponíveis, banco pela internet e atendimento por telefone.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50103>

# Correção de benefícios na pauta

**Luana PAtriolino**

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, marcou para amanhã, quarta-feira, a retomada do julgamento do processo que discute se aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) têm direito à chamada "revisão da vida toda" para atualizar o valor dos benefícios.

A ação começou a ser analisada em 2021 e chegou a ser decidida em março deste ano, pelo plenário virtual do STF, com placar de 6 a 5 a favor dos aposentados, mas a decisão foi suspensa devido a um pedido de destaque apresentado pelo ministro Kassio Nunes Marques. O destaque torna obrigatório que a questão seja analisada pelos magistrados com presença física no plenário. Como a maioria dos ministros já manifestou seu voto, o processo pode ser concluído nesta quarta-feira.

A discussão gira em torno da Lei nº 9.876, de 1999, que mudou regras das aposentadorias. Na prática, ela limitou o cálculo dos benefícios, para quem já contribuía à Previdência, à média das contribuições feitas a partir de 1994, depois da criação do Plano Real.

O relator do caso, ministro Marco Aurélio Mello, hoje aposentado, defendeu, em seu voto, que os recolhimentos realizados em período anterior também podem ser apurados para fins de cálculo da aposentadoria se isso resultar num valor mais favorável aos beneficiários.

Caso o STF siga o entendimento de Marco Aurélio, a revisão poderá ser pedida pelos trabalhadores que começaram a contribuir para o **INSS** antes de 1994 e que se aposentaram depois de 1999.

Impacto

O que está em julgamento é um recurso movido pelo **INSS** contra uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que garantiu a um beneficiário o direito a rever o valor de sua aposentadoria com base na legislação anterior a 1999.

O governo é contra a revisão da vida toda, sustentando que ela acarretaria um impacto orçamentário de R\$ 46 bilhões, considerando o período de 2015 a 2029. O cálculo, porém, é contestado por entidades de defesa dos aposentados,

pois não leva em conta que a mudança não seria vantajosa para todos os casos.

Segundo especialistas, a correção compensa para quem tinha altos salários antes do Plano Real. Para os trabalhadores que ganhavam menos, não haveria vantagem.

# Ideia de que o teto de gastos é fundamental para garantir a disciplina fiscal é uma falácia

## RÉPLICA

Nossa intenção, além de parabenizar o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pela sua vitória, é fazer um contraponto à carta dos economistas Arminio Fraga, Edmar Bacha e Pedro Malan, publicada neste jornal na sexta-feira (18).

Os referidos economistas se opõem ao seu compromisso de revogar o teto de gastos, já que este desempenha um papel fundamental de garantir a responsabilidade fiscal, mantendo a **inflação** sob controle ao assegurar a confiança do "mercado" nas políticas do governo.

A ideia de que o teto de gastos é fundamental para garantir a disciplina fiscal é uma falácia. De fato, o teto se mostrou incapaz de impedir que o governo de Jair Bolsonaro (PL) realizasse um volume de gastos de R\$ 795 bilhões extrateto em quatro anos e de criar de novos gastos públicos a me nos de seis meses das eleições.

Os economistas argumentam que o Brasil paga taxas de juros altíssimas porque o Estado não é percebido com bom devedor.

Essa afirmação está equivocada. A avaliação de mercado sobre o risco envolvido em emprestar dinheiro para governos soberanos pode ser medida pelo Embi+ (a diferença entre o juro que um país emergente cobra em relação ao cobrado pelos Estados Unidos), calculado pelo JPMorgan.

No dia 2 de janeiro de 2003, primeiro dia útil do seu primeiro mandato como presidente da República, V.Exa. herdou do governo anterior um risco-país medido pelo Embi+ de 1.374 pontos, ou seja, um spread de 13,74 pontos percentuais sobre a taxa de juros dos títulos da dívida pública americana.

No dia 31 de dezembro de 2010, o risco-país havia se reduzido para 189 pontos, prova da confiança do "mercado" na responsabilidade fiscal do seu governo.

O teto de gastos foi aprovado no Senado no dia 13 de dezembro de 2016, data na qual o risco-país medido pelo Embi+ se encontrava em 324 pontos, valor 71,42% acima do registrado no último dia do seu segundo governo.

No primeiro dia útil do governo Jair Bolsonaro, o risco-país se encontrava em 275 pontos, valor apenas 15% inferior ao observado no dia da aprovação da emenda do teto, mas 45,5% superior ao verificado em 31 de dezembro de 2010. A avaliação do mercado é clara: o teto de gastos não foi capaz de reduzir o risco-país.

Fraga, Bacha e Malan afirmam ainda que a elevação da **inflação** ocorrida em 2021 e 2022 foi resultado do descontrole dos gastos públicos no governo Bolsonaro, que "furou" o teto em R\$ 117,2 bilhões em 2021 e R\$ 116,2 bilhões (previsto) para 2022. Esse é outro equívoco.

A elevação da **inflação** não foi um fenômeno restrito ao Brasil e tampouco se deve ao desequilíbrio fiscal, mas sim resultado de eventos que geraram um enorme choque de oferta a nível mundial (pandemia de Covid-19 e Guerra da Ucrânia). A **inflação** acumulada em 12 meses na União Européia em outubro de 2022 se encontra em 11,3%, quase o dobro do valor observado no Brasil.

Os referidos economistas sustentam que o problema da falta de recursos para área social e investimento público não são decorrência do teto, mas da falta de prioridade do governo. Contudo, o teto é um elemento que impõe um esmagamento a longo prazo sobre o orçamento dedicado a essas áreas, pois, ao congelar em termos reais por um período de 20 anos os gastos primários, o crescimento vegetativo dos gastos com **Previdência Social** de 3% ao ano faz com que os demais itens do Orçamento sejam comprimidos.

Durante o governo Bolsonaro, além da redução do investimento público e dos recursos nas áreas de saúde e educação, os salários dos servidores foram reduzidos de uma média de 4,4% do **PIB** dos governos FHC, Lula, Dilma e **Temer** para menos de 3% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2022. Esse ajuste chegou ao seu limite, não sendo mais sustentável mantê-los comprimidos, tomando o teto inviável.

Concluindo, entendemos ser legítimo e viável abrir espaço no Orçamento para viabilizar gastos públicos para enfrentamento da crise social e econômica, que deverá ser combinado, quando empossado, com adoção de uma nova regra fiscal que combine

flexibilidade orçamentária com sustentabilidade da  
dívida pública.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>**

**03**

# Centrão articula manobra para destravar emendas

**Idiana Tomazelli, Thiago Resende e Marianna Holanda  
brasil**

Parlamentares do centrão articulam uma mudança na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2022 para burlar o teto de gastos e conseguir ampliar despesas ainda neste ano, no apagar das luzes da gestão de Jair Bolsonaro (PL).

A medida é central para destravar emendas de relator, instrumento usado como moeda de troca nas negociações políticas entre Planalto e Congresso. Mas também é de interesse do atual governo, uma vez que a perspectiva de um novo bloqueio no Orçamento pode impor um apagão nos ministérios no último mês do ano.

Ainda não está claro quanto a proposta pode liberar em espaço no Orçamento deste ano. Se o valor for abaixo do total bloqueado, a tendência é que haja uma disputa entre Executivo e Congresso para ver quem será beneficiado.

O governo tem hoje cerca de R\$ 10,5 bilhões bloqueados, dos quais R\$ 2,6 bilhões incidem sobre ministérios. O valor restante (R\$ 7,87 bilhões) recai sobre as emendas de relator -bloqueio que irritou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que controla boa parte da distribuição dessa verba.

O diagnóstico preliminar do governo é que não só inexistem folgas para liberar recursos mas que seria necessário impor uma trava adicional de R\$ 5,6 bilhões para assegurar o cumprimento do teto -regra fiscal que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**. Isso deixaria os ministérios com apenas R\$ 3,8 bilhões para gastar até o fim do ano.

A articulação dos membros do centrão busca evitar o novo bloqueio e criar espaço para a liberação das emendas.

A manobra introduz na LDO uma série de dispositivos para descontar despesas do teto de gastos ou alterar o cronograma de despesas obrigatórias, redistribuindo "sobras" dentro do limite para outras despesas.

Na avaliação de técnicos experientes ouvidos sob reserva, a proposta busca "inaugurar interpretações criativas" sobre o funcionamento do teto de gastos, ou

simplesmente burlar o limite.

O projeto de lei originalmente só alterava a data-limite para abertura de novos créditos no Orçamento. O relatório com as mudanças é do deputado AJ Albuquerque (PP-CE), correligionário do presidente da Câmara e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Are portagem não conseguiu contato com o parlamentar.

Um dos trechos do parecer desconta do teto de gastos os ajustes referentes a despesas primárias que são empenhadas no fim de um ano, mas só têm impacto financeiro no início do exercício seguinte - como ocorre com a folha de pagamento de servidores e da **Previdência Social**.

O empenho é a primeira fase do gasto, quando o governo assume o compromisso de efetuar aquele pagamento. No caso dos salários e benefícios, o empenho é feito em dezembro, mas parte do desembolso só ocorre em janeiro, conforme o cronograma das folhas. A proposta prevê que o valor que será efetivamente pago no ano seguinte não precise ser contabilizado no teto.

"Também se buscou afastar o risco de interpretação de que a necessidade orçamentária de despesas sujeitas ao teto, em que o relatório prevê ajustes de caixa/competência, deve ser atendida mediante abertura de crédito compensada com cancelamento de despesas, resultando em maior bloqueio de dotação dos órgãos, hoje em patamar crítico", diz o texto.

Outro dispositivo permite ao Poder Executivo alterar o cronograma de execução mensal das despesas obrigatórias, caso identifique que haverá "sobras de valores na execução financeira" após o relatório de avaliação de receitas e despesas do 50 bimestre - que será divulgado nesta terça-feira (22). O saldo não empenhado seria liberado e poderia ser remanejado para outro gasto.

A avaliação de técnicos é que, na prática, esse trecho gera risco elevado de uma pedalada nas despesas obrigatórias, diante da pressão para revisão do cronograma de pagamento. Isso jogaria no colo do novo governo um passivo a ser regularizado já no começo de 2023.

O parecer ainda permite contabilizar no Orçamento apenas a previsão de repasse efetivo referente à Lei Paulo Gustavo de incentivo à cultura. Bolsonaro chegou a editar uma MP (medida provisória) para adiar o gasto de R\$3,8 bilhões, mas o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que a medida é inconstitucional.

"A despesa da Lei Paulo Gustavo, após abertura do crédito, não terá execução completa até o encerramento do exercício. Dada a natureza financeira de verificação do teto de gastos, se faz necessário incorporar a efetiva projeção de pagamento até o encerramento de exercício, de modo que o espaço do teto não seja comprometido com essas despesas", diz o relatório.

Segundo integrantes do governo, a solução de usar a LDO para flexibilizar o pagamento dos recursos da lei vinculada à cultura ainda pode ser questionada do ponto de jurídico. Por isso, há incerteza se a manobra será capaz de efetivamente liberar espaço no teto.

Técnicos do Congresso avaliam, sob reserva, que a proposta a ser votada pelos parlamentares é uma forma de flexibilizar a contabilidade do teto de gastos em 2022 com um projeto de lei.

O governo Bolsonaro tem sido pressionado pelo aumento de despesas obrigatórias, como aposentadorias e pensões. A redução da fila de espera do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) eleva as despesas previdenciárias e tem forçado o governo a cortar gastos em outras áreas.

O aperto orçamentário deste ano já tem prejudicado a prestação de serviços. A Polícia Federal (PF) informou que parou de emitir passaportes desde o dia 19, por falta de verba.

A pasta vem pedindo recomposição dos recursos desde setembro. Até agora, porém, o Ministério da Economia não teve espaço para atender à demanda.

A dez dias do primeiro turno da disputa, o governo precisou elevar o bloqueio no Orçamento de 2022 a R\$ 10,5 bilhões para evitar um estouro no teto de gastos.

A medida gerou insatisfação entre aliados do Congresso, em especial com o presidente da Câmara dos Deputados. Dentre os recursos contingenciados, quase R\$ 8 bilhões eram de emendas de relator, mais conhecidas como orçamento secreto.

Esses recursos são fundamentais para Lira garantir a fidelidade de sua base, em busca de se reeleger para

o comando da Casa no próximo ano. Segundo relatos, ele tem prometido emendas de relator até mesmo para parlamentares recém-eleitos.

Antes disso, em 6 de setembro, Bolsonaro havia editado um decreto para antecipar a liberação de R\$3,5 bilhões em emendas de relator e outros R\$ 2,1 bilhões para ministérios, na expectativa de que o relatório bimestral de avaliação do Orçamento apontasse na sequência a viabilidade desse alívio.

Mas o relatório do 50 bimestre mostrou um crescimento inesperado de despesas com benefícios previdenciários, o que reduziu o espaço orçamentário e forçou o novo bloqueio.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50103>

# Para recompor Censo, governo dispensa concurso

**LUCI RIBEIRO BRASÍLIA DANIELA AMORIM RIO**

O governo de Jair Bolsonaro editou medida provisória que flexibiliza a contratação de pessoal para a realização do Censo Demográfico de 2022. A iniciativa, publicada no Diário Oficial da União (DOU), vem muito depois de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter relatado que o principal motivo para o atraso no ritmo de coleta de informações é a falta de recenseadores. O déficit é de cerca de 90 mil trabalhadores.

A MP permite ao IBGE dispensar a realização de processo seletivo na contratação dos profissionais e ainda incluir aposentados pelos regimes próprios de **previdência social** da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios na lista de selecionados. "Haverá igualdade de condições na seleção, na contratação e na execução da contratação entre os aposentados e os demais concorrentes ou contratados", cita a MP.

No planejamento inicial, o censo seria finalizado em outubro, mas o IBGE adiou a conclusão do trabalho para dezembro devido à falta de profissionais em alguns Estados. O diretor de Pesquisas do órgão, Cimar Azeredo, disse em 1.º de novembro que, até aquela data, o Censo 2022 havia contado com apenas 66% da população estimada, bem abaixo do esperado.

Apesar do adiamento, Azeredo garantiu que os primeiros resultados do Censo 2022 serão divulgados em 28 de dezembro.

A meta foi definida com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Azeredo, como é feito tradicionalmente, o IBGE apresentará ao órgão de controle apenas os dados preliminares do total populacional desagregado por cada município do País. A informação é essencial para atualizar a divisão dos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pelo qual o governo federal distribui recursos para as prefeituras.

## DÉFICIT DE PESSOAL.

O IBGE já treinou quase 200 mil recenseadores.

Porém, apenas 96.455 estão trabalhando, o

equivalente a 53% do total de vagas previstas para viabilizar todo o levantamento. Os Estados que mais precisam das novas contratações são Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro.

"Em todo o País, o Censo tem aproximadamente 90 mil vagas em aberto. Segundo técnicos do IBGE em campo, basta a metade disso (45 mil) para a coleta ganhar celeridade", garantiu o IBGE, em resposta ao Estadão/Broadcast.

Após 113 dias de coleta, 154,266 milhões de brasileiros foram recenseados, dentro de uma população estimada em mais de 215 milhões de pessoas.

Ontem, 63,7% dos 452.246 setores censitários estavam concluídos. Havia 29,6% ainda em andamento, e outros 6,7% nem sequer iniciados.

Em Mato Grosso, 46,4% dos setores censitários estavam concluídos, mas 30,9% permaneciam em andamento e 22,7% não tinham a coleta iniciada ainda.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Família Bolsonaro negocia espaço em SP com Tarcísio

*Por Cristiane Agostine e Ricardo Mendonça - De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/22/familia-bolsonaro-negocia-espaco-em-sp-com-tarcisio.ghtml>

**Site:**

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/22/familia-bolsonaro-negocia-espaco-em-sp-com-tarcisio.ghtml>

# Copa do Mundo 2022: veja como será o atendimento em agências do INSS em dias de jogo do Brasil

## Por g1

As agências do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terão horário especial de funcionamento nos dias em que a seleção brasileira estiver em campo pela Copa do Mundo 2022.

Dependendo do horário da partida, as agências poderão fechar mais cedo ou até mesmo não abrir para atendimento.

## LEIA MAIS:

Bancos vão funcionar em horário especial em dias de jogo do Brasil; veja como será o expediente  
Dia de jogo do Brasil na Copa é folga? Entenda  
Copa dos milionários: quanto custa acompanhar os jogos no Catar?

A estreia do Brasil será nesta quinta-feira (24), contra a Sérvia, às 16h, e as três partidas da seleção brasileira na primeira fase caem em dias de semana, no horário de expediente. Se for classificado para as outras fases, serão mais um ou dois dias úteis com jogos, dependendo da classificação no grupo (veja calendário mais abaixo).

Veja como serão os horários das agências do **INSS** nos dias de jogos da seleção brasileira na Copa:

Jogos às 12h: agências fechadas  
Jogos às 13h: atendimento até 11h (horário de Brasília)  
Jogos às 16h: atendimento até 14h (horário de Brasília)

## Atendimento remoto

A central telefônica 135 também vai contar com um funcionamento especial nos dias dos jogos do Brasil na Copa 2022. O atendimento humano será suspenso 30 minutos antes da partida, retornando 30 minutos após o término do jogo. Nesse intervalo, a central 135 continuará funcionando com o atendimento eletrônico.

Por meio do atendimento eletrônico do 135, é possível obter informações sobre o benefício, saber o horário que foi agendado o próximo atendimento na agência ou ainda obter Informações de pagamento.

As ligações para o 135 são gratuitas se forem feitas de telefone fixo. Quem usar o celular paga apenas o valor de uma ligação local.

O portal Meu **INSS** também seguirá disponível tanto no site quanto no aplicativo de celular, disponível para iOS e Android.

Pelo portal, é possível pedir benefícios, emitir extratos, cumprir exigências e agendar atendimento presencial. Nesse canal, o cidadão também encontra a assistente virtual Helô, que orienta e tira dúvidas sobre serviços e benefícios do **INSS**.

## Calendário de jogos do Brasil (horário de Brasília)

### Primeira fase

Jogo 1 - Brasil x Sérvia  
Quinta-feira: 24 de novembro, às 16h  
Jogo 2 - Brasil x Suíça  
Segunda-feira: 28 de novembro, às 13h  
Jogo 3 - Brasil x Camarões  
Sexta-feira: 2 de dezembro, às 16h

Na hipótese de chegar ao fim da etapa, é possível que jogue mais quatro dias (as datas dependem da classificação no grupo):

Oitavas de final, no dia 5 de dezembro (segunda-feira), às 16h (1º lugar do grupo), ou no dia 6 (terça-feira), às 16h (2º lugar no grupo)  
Quartas de final, no dia 9 de dezembro (sábado), às 12h (1º lugar no grupo), ou no dia 10 de dezembro (domingo), às 12h (2º lugar no grupo)  
Semifinal, no dia 13 de dezembro (terça-feira), às 16h (1º lugar no grupo), ou no dia 14 de dezembro (quarta-feira), às 16h (2º lugar no grupo)  
Jogo que define o 3º lugar da competição, no dia 17 de dezembro (sábado), às 12h  
Final, no dia 18 de dezembro, (domingo), às 12h

**Site:** <https://g1.globo.com/mundo/copa-do-atar/noticia/2022/11/22/copa-do-mundo-2022-veja-como-sera-o-atendimento-em-agencias-do-inss-em-dias-de-jogo-do-brasil.ghtml>

# Ministro do TCU se retrata de gravação em que fala sobre militares



**Ministro Augusto Nardes, do TCU, em entrevista**

Adriano Machado - 30.jun.15/Reuters

## **Constança Rezende Brasília**

O ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes se retratou nesta segunda-feira (21) de declaração em que afirmou que "está acontecendo um movimento muito forte nas casernas brasileiras".

Por meio de nota divulgada pela assessoria de imprensa do órgão, Nardes disse que "lamenta profundamente a interpretação que foi dada sobre um áudio despretensioso gravado apressadamente e dirigido a um grupo de amigos".

E acrescentou, "para que não parem dúvidas", segundo o ministro, "que repudia peremptoriamente manifestações de natureza antidemocrática e golpistas, e reitera sua defesa da legalidade e das Instituições republicanas".

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disse que pedirá apuração sobre a fala de Nardes para a corregedoria do TCU e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

A fala repercutiu mal entre ministros do Supremo e do TCU, que condenaram a atitude e cobraram satisfação do ministro, inclusive por telefone. Porém, o clima acalmou depois da nota de retratação.

O PT e partidos da base de Lula devem assinar a ação

que será apresentada ao STF. A ideia é pedir para o tribunal se debruçar sobre a fala dentro do inquérito dos atos antidemocráticos, disse Gleisi.

"Ministro do TCU não pode ter ação política", disse a presidente do PT.

"As pessoas têm que ter muita responsabilidade com o cargo que estão e com o que falam, com o que fazem, principalmente estimulando os movimentos que nós estamos vendo. Continuam na frente dos quartéis, movimentos que continuam ainda paralisando algumas rodovias", afirmou ainda Gleisi.

Uma pessoa do TCU próxima a Nardes disse à reportagem que quem conhece o ministro sabe que foi uma fala sem lastro fático, que chamou de fanfarronice.

Já o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou que entrará com pedido no TCU solicitando a aposentadoria compulsória de Nardes ou a sua disponibilidade, por violação disciplinar.

Ele afirmou que também pedirá ao Supremo a instauração de um inquérito policial contra o ministro por possível crime contra a ordem democrática e o denunciará por crime de responsabilidade. Entre os pedidos, estão a perda de cargo e a suspensão dos direitos políticos.

A corregedoria no TCU deve analisar os pedidos feitos à corte, mas nos bastidores ministros avaliam que, depois da retratação, perde-se a disposição para alguma punição.

Pessoas ligadas à corte disseram reservadamente que Nardes pediu licença médica.

Procurados, ele e o TCU não responderam. Em áudio enviado a amigos do agronegócio por WhatsApp, revelado pela colunista Mônica Bergamo, da Folha, Nardes disse que "é questão de horas, dias, no máximo, uma semana, duas, talvez menos do que isso", para um "desenlace bastante forte na nação, [de consequências] imprevisíveis, imprevisíveis".

Ele afirmou não poder falar tudo o que sabe sobre o "desenlace" para os amigos. "Eu não posso falar muito. Sim, tenho muitas informações, queria passar

para ti, para o teu time do agro, que eu conheço todos os líderes", diz Nardes.

Em outro momento, ele afirma que conversou "longamente com o time do [Jair] Bolsonaro essa semana". O presidente estaria tratando de uma doença de pele, mas logo estaria recuperado para "enfrentar o que vai acontecer".

O ministro foi o relator das contas presidenciais de Dilma Rousseff em 2015, que foram rejeitadas e causaram o impeachment da então presidente da República.

A Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), o CNPTC (Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) divulgaram nota de repúdio sobre a fala de Nardes.

Segundo o texto, a retratação do ministro "coloca a matéria em novos termos", "entretanto, estava-se diante de sério agravo à legitimidade democrática e ao ordenamento jurídico, em contexto também incompatível com a atuação da magistratura de Contas".

Em 2018, Nardes foi alvo de um pedido de busca e apreensão da Polícia Federal, autorizada pelo ministro Dias Toffoli, do STF. A polícia apreendeu documentos e celulares na casa do ministro do TCU, depois de ele ter sido citado na delação premiada de Luiz Carlos Velloso, ex-subsecretário de Transportes do Rio.

Também houve menções a ele em depoimentos de colaboradores da Lava Jato, que até hoje não se tomaram públicos, como o do ex-deputado Pedro Corrêa e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque.

Fora da Lava Jato, Nardes foi investigado na **Operação Zelotes**, sobre suposto esquema de corrupção no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O caso ficou sob relatoria do ministro Ricardo Lewandowski no STF que arquivou inquérito em 2019.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou nesta segunda-feira que articula junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o uso da Força Nacional para auxiliar na desmobilização de interdições nas estradas.

Os atos antidemocráticos promovidos por bolsonaristas pedem a intervenção das Forças Armadas contra o resultado das eleições de 2022.

Aras disse que entrará em contato com o Governo de Mato Grosso para que o Executivo estadual requisi

ao governo federal o auxílio da corporação, segundo prevê a legislação que a rege.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=5103>**

# PL 'cripto' vai a plenário sem acordo sobre segregação patrimonial

*Ricardo Bomfim e Toni Sciarretta De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388>

**Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388>**

# CNJ lançará plataforma para penhora de jatinho e helicóptero de devedores

**Beatriz Olivon De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388>

**Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388>**

# Empresas no Simples têm direito a benefício fiscal do setor de eventos

***Beatriz Olivon De Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388>

**Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388>**

# Appy propõe gatilho na reforma para evitar perdas de Estados e municípios

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), defendeu ontem que, ao tratar de **impostos** que incidem sobre o consumo, a **reforma tributária** contemple um gatilho para blindar Estados e municípios de eventual perda de arrecadação com projetos aprovados pelo Congresso. Appy participou de seminário promovido pelo próprio CCiF.

Essa reforma é considerada prioritária pela equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, e com as negociações mais avançadas no Congresso.

Com o gatilho, haveria um aumento da alíquota de referência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, que deve agregar os demais **tributos**) para compensar desonerações aprovadas.

É uma resposta à aprovação no Congresso, com apoio do governo, de dois projetos para diminuir o ICMS cobrado sobre combustíveis, telecomunicações, energia elétrica e transportes (aprovação que tinha o objetivo de mitigar a alta de preços e, assim, impulsionar os índices de apoio ao então candidato à reeleição Jair Bolsonaro).

A perda de receita foi estimada em R\$ 124 bilhões por ano pelos Estados.

Cotado para integrar a equipe de Lula, Appy avaliou que a introdução desse dispositivo traz "responsabilidades" na hora de se fazer "bondades" com os **tributos** de Estados e municípios. Para ele, o movimento de retirada de receitas é muito agressivo ao pacto federativo, em contraposição a uma reforma que mantém a autonomia de Estados e municípios.

Appy defende que as reformas tributárias do consumo e do Imposto de Renda devem caminhar juntas.

PECs. A criação do IBS, que é um tipo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), faz parte do projeto de **reforma tributária**.

O CCiF participou das negociações das duas propostas de emenda à Constituição de **reforma tributária** do consumo que tramitam no Congresso, as PEC 45 e 110.

O texto mais recente, o parecer da PEC 110, prevê um IVA dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em nível federal em substituição ao PIS/Cofins. E o IBS em substituição ao ICMS, tributo cobrado pelos Estados, e ao ISS, imposto dos municípios. O texto também cria o Imposto Seletivo, em substituição ao IPI.

Ainda no seminário, o economista Sergio Gobetti apresentou números sobre o impacto da reforma para os municípios com base em estimativas que apontam uma alíquota de 2% para IBS municipal e 16% para o IBS estadual. Pelos dados, mais de 99,7% dos municípios com **PIB** inferior a R\$ 10 mil anuais per capita ganhariam com a reforma.

Para Luiz Cláudio Gomes, secretário-adjunto de Fazenda de Minas Gerais, os Estados defendem esse modelo de reforma.

Para ele, é de "absoluta emergência" a migração da tributação para o novo modelo.

"O problema da reforma é que as minorias perdedoras são privilegiadas pelo modelo atual e fazem um barulho enorme" Sergio Gobetti Economista

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Superintendente da Zona Franca de Manaus diz que reforma tributária é urgente

Brasília

/  
Hellen Leite\*, do R7, em Brasília

Os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) e a realidade econômica da Amazônia devem ser considerados na discussão da **reforma Tributária**. Esse é o entendimento do general Algacir Polsin, titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), autarquia vinculada ao Ministério da Economia. Para o militar, a longo prazo, o estado também precisa intensificar a atração de novos investimentos e desenvolver outras atividades econômicas para reduzir a dependência do polo industrial de Manaus.

A ZFM é uma área industrial criada em 1967 como um programa de desenvolvimento regional para impulsionar a economia na Amazônia. Diferentemente do restante do Brasil, as indústrias instaladas no local recebem uma série de incentivos fiscais, como isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

"Estamos falando de uma área sensível, que gera cerca de 500 mil empregos diretos e indiretos. Não há um plano para substituir esse modelo econômico a curto prazo. Por isso, fortalecer o modelo da Zona Franca de Manaus é determinante para a economia do estado", destaca Polsin.

Atualmente, duas PECs (Proposta de Emenda à Constituição) que tratam da **reforma tributária** são discutidos no Congresso, - 45/2019 e 110/2019 -, nenhuma contempla integralmente as particularidades da região.

A PEC 45, que tramita na Câmara dos Deputados, é encarada como a menos atraente. Isso porque o texto da proposta não permite a concessão de qualquer tipo de benefício fiscal. Além disso, cria uma alíquota única de 25% aplicável a todos os bens e serviços, o que contraria a natureza fiscal da ZFM.

Leia também: Impasse sobre redução de **impostos** na ZFM emperra votações na Câmara

Já a PEC 110, que é discutida no Senado, autoriza os benefícios fiscais, mas apenas por lei complementar. Atualmente, as características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais é assegurada na Constituição Federal.

"É preciso buscar formas de compensação para a região porque quando falamos de Amazônia, as distâncias são longas, contadas em dias, e a infraestrutura é precária, isso é oneroso à indústria. Por isso, a **reforma tributária** iminente é a maior urgência, temos que garantir que a Zona Franca permaneça atraente", disse o general, que está no cargo desde julho de 2020.

As empresas instaladas na região vivem sob a insegurança jurídica com alterações nas alíquotas do IPI. No início do ano, as indústrias da região foram impactadas pela publicação de dois decretos que reduziram a tributação sobre um conjunto de produtos industrializados .

A redução de **impostos** generalizada, no entanto, não considerou as especificidades da ZFM e fragilizou a competitividade da região. As medidas foram questionadas na Justiça e os decretos acabaram suspensos por decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) .

"Somos a favor de uma **reforma tributária** que busque a simplificação e a diminuição do contencioso tributário, mas é importante destacar que a discussão precisa ser feita dentro da realidade do Brasil, que é um país de dimensões continentais, que tem uma grande desigualdade socioeconômica e que precisa buscar instrumentos para diminuir essas desigualdades", aponta Saleh Hamed, relações Institucionais do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam).

Segundo a Suframa, cerca de 2.235 indústrias estão instaladas no Amazonas, 430 delas são de grande porte. Em 2021, a região fechou o ano com faturamento de R\$ 158,6 bilhões, o que representa aumento de 31,9% na comparação com o total apurado em 2020 (R\$ 120,26 bilhões).

O assunto volta a ser debatido no Congresso Nacional em 2023. A expectativa é que a proposta do governo

eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o assunto seja conhecida ainda no primeiro semestre do ano. Durante a campanha, o petista falou em realizar uma "ampla **reforma tributária** no eixo desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática", mas essa proposta não está detalhada no programa de governo.

***zona-franca-de-manaus-diz-que-reforma-tributaria-e-urgente-22112022***

O futuro da ZFM, avaliam os especialistas, também depende da superação de outros desafios, como a ascensão de uma indústria nacional, com valorização dos recursos naturais da região amazônica. Segundo Fábio Calderaro, gestor do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), isso pode ser possível com o desenvolvimento da bioeconomia.

A partir de insumos encontrados na floresta amazônica, são desenvolvidos projetos capazes de agregar valor aos produtos e serviços desenvolvidos em Manaus. É o caso da pesquisa com o Curauá, planta de origem amazônica, da mesma família do abacaxi. A principal utilização da planta é a aplicação das fibras no setor industrial, podendo substituir parcialmente a fibra de vidro pela fibra vegetal, uma alternativa à indústria automobilística.

Além disso, pesquisas desenvolvidas nos laboratórios do instituto saíram do papel, como a produção de kits de diagnóstico rápido da Covid-19, com anticorpos e antígenos desenvolvidos no próprio Centro. "Nosso objetivo é atuar para melhorar o ambiente de negócios da região e criar os incentivos corretos para o desenvolvimento correto da bioeconomia como a queremos na Amazônia", destacou Calderaro.

O presidente do Conselho Superior do Cieam, Luiz Augusto Barreto Rocha, destacou que a região é pioneira em descarbonização de seu polo industrial. "Ou seja, as emissões de carbono de nossas empresas já possuem método estabelecido para serem neutralizadas pelas florestas, que são protegidas pelas próprias indústrias". Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (Sema), possui 97% da sua cobertura vegetal inteiramente preservada.

"Como outros setores da economia, buscamos a competitividade e o resgate da reindustrialização do país para avançarmos na direção de mais empregos e oportunidades. Seguindo nessa direção, podemos substituir o tráfico, o desmatamento, o garimpo ilegal e outras atividades ilícitas e criminosas em geração de emprego e renda", finalizou.

\*A repórter viajou a convite do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam)

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/superintendente-da->

# Receita prevista de R\$ 2,3 tri

O relatório de receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 mantém a previsão de arrecadação do governo federal no ano que vem em R\$ 2,3 trilhões. No parecer entregue, ontem, à Comissão Mista de Orçamento (CMO), o relator, deputado Hélio Leite (União Brasil-PA), preferiu não alterar as projeções devido a "incertezas" sobre as decisões que serão tomadas pelo novo governo.

Foram acatadas apenas emendas que restabelecem a previsão de receita da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), mas que têm pouco impacto no valor final.

Na mensagem que encaminhou o Orçamento de 2023, o governo federal explicou que não previu a receita porque a ideia era extinguir o tributo, pago pelo próprio setor. O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) foi autor de uma das seis emendas que pedem a volta da contribuição na previsão orçamentária. Segundo ele, o tributo existe desde 1966 e é uma importante fonte para as atividades cinematográficas.

"Consideramos adequados os parâmetros constantes do PLOA. Embora existam prognósticos mais atualizados de evolução de parâmetros e da arrecadação, absteremo-nos de incluir alterações no Orçamento de 2023 em virtude de incertezas quanto às decisões que serão tomadas pelo novo governo", diz o deputado, no parecer.

Conforme Hélio Leite, "a aprovação da receita orçamentária nos termos propostos pelo Executivo permitirá a continuidade da análise da proposta orçamentária pelo Congresso Nacional e deixará para a nova gestão, no seu devido tempo, o anúncio de medidas para reforço dos cofres públicos com vistas à redução mais rápida do déficit público".

O valor da receita da Condecine, de R\$ 1,2 milhão, acabou sendo retomado porque não foram identificadas medidas legislativas para sua extinção.

"Decidimos, também, por manter inalterados nas projeções os efeitos de medidas tributárias que se encontravam em discussão no Ministério da Economia quando do envio da proposta orçamentária", afirma o parlamentar. "Alguns dos incentivos já foram formalizados e outros ainda podem ser encaminhados", acrescenta.

Após a aprovação do relatório de receita, a CMO deve apresentar e votar o parecer preliminar do Orçamento; depois, os relatórios setoriais; e, por último, o parecer final, que também precisa passar no plenário do Congresso.

A expectativa é de que o Orçamento seja aprovado até 16 de dezembro. Antes, deve avançar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) negociada pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para retirar o Bolsa Família do teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior.

O PLOA de 2023 prevê R\$ 105 bilhões em recursos para o programa social, dentro do teto. Se o Bolsa Família ficar fora das regras fiscais, esse montante poderá ser direcionado para outras áreas dentro do Orçamento. O PT quer garantir verbas para o aumento real do salário mínimo e para programas como o Farmácia Popular e o Minha Casa, Minha Vida, além da merenda escolar. (Agências Estado e Senado)

## Pagamento

Pelo regime do teto de gastos, toda receita extra que for alcançada em 2023 deve ser destinada para o pagamento da dívida pública. O refinanciamento da dívida vai consumir outros R\$ 2 trilhões em receitas financeiras no ano que vem. O projeto estima que, para 2023, as despesas com custeio e investimentos devem superar as receitas de impostos em R\$ 63,7 bilhões.

Ou seja, o resultado final será um déficit.

# Novo governo vai debater taxaço de sites de apostas

**BI ANCA GOMES** *bianca50mes@sp.oglobo.com.br* **SiO**  
**PAULO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Questão fiscal ameaça atividade e inflação

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388?page=1&section=1>

# Comércio EUA-Europa cresce e reforça a aliança ocidental

*Tom Fairless Dow Jones Newswires, de Frankfurt*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187388?page=1&section=1>

# PECs alternativas para frear gastança

**FERNANDA STRICKLANDTAÍSA MEDEIROS**

A expectativa da equipe do novo governo é de que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição tenha o relator definido ainda hoje, após a apresentação do texto. "O que está sendo costurado é começar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Há um compromisso de analisar de forma mais célere, dando condições de apreciação no plenário. Vamos trabalhar com muito carinho para ver se o texto sai terça-feira (hoje)", disse o senador eleito Wellington Dias (PT-PI).

O texto apresentado pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê despesas de R\$ 198 bilhões fora do teto de gastos para custear o Auxílio Brasil - futuro Bolsa Família - de R\$ 600 e outras promessas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Além da PEC formulada pelo novo governo, duas propostas alternativas foram apresentadas ao Congresso. A mais recente é de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Chamada PEC da Sustentabilidade Social, sugere valor menor do que a proposta petista para bancar o benefício social. A previsão é de R\$ 80 bilhões de expansão do limite do teto de gastos que, segundo o parlamentar, seriam suficientes para cobrir o Bolsa Família e até o reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, como prometido por Lula.

A outra proposta alternativa é de autoria do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), protocolada no último sábado. Ele sugere que os gastos extras tenham teto de R\$ 70 bilhões até a aprovação do novo regime fiscal, em 2023.

Segundo Vieira, a PEC apresentada pela equipe de transição oferece perigos. "A proposta está bastante genérica e abrangente, podendo colocar em risco a estabilidade e a credibilidade fiscal do futuro governo (...)", argumentou. "Manter a credibilidade do arcabouço fiscal do governo brasileiro é essencial para iniciarmos o processo de reorganização do Estado brasileiro." O senador passou a coletar assinaturas para a proposta ainda ontem. Wellington Dias, por sua vez, assegurou que todas as sugestões serão levadas em conta.

Já o líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PT-PA), avaliou que as PECs propostas por Vieira e Jereissati estão "fora do contexto", pois não são suficientes para

a manutenção das políticas sociais. "De R\$ 175 bilhões, R\$ 75 bilhões são para cobrir o Bolsa Família. Isso significa que o restante fica para cumprir as outras políticas sociais", justificou o senador.

## Duração

A PEC da Transição vai propor que o extrateto para a manutenção do Bolsa Família tenha duração de quatro anos. "Tendo a elaboração desse texto final, o presidente Pacheco pretende, o quanto antes, ter um encontro com os líderes partidários do Senado para discorrermos a partir da proposta", disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), em referência ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSB-MG).

Randolfe Rodrigues ressaltou que o novo governo precisa de uma margem fiscal para dar conta "de uma necessidade básica e elementar dos brasileiros, que é um programa de distribuição de renda".

Paulo Rocha acredita que a votação da PEC ocorrerá em um dia na Casa: pela manhã, passa pela CCJ e, à tarde, no plenário.

Para o ministro da Fazenda do governo Dilma Rousseff (PT), Nelson Barbosa, R\$ 70 bilhões para garantir o benefício, como sugere a proposta de Vieira, é insuficiente. Ele também defendeu haver espaço para gastar R\$ 136 bilhões a mais em 2023 (leia reportagem abaixo).

## Montante extrateto

A intenção da proposta é deixar fora do teto R\$ 175 bilhões para o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 e o adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos, promessa de campanha de Lula. Também ficaria excluídos das regras fiscais R\$ 23 bilhões de receitas extraordinárias para liberar verba destinada a investimentos públicos.

Não vai engasgar, não. Avalio que vamos ter muito sucesso nessa tramitação.

Estamos falando com os líderes" Gleisi Hoffmann, presidente do PT, sobre a PEC da Transição

# Articulação para liberar R\$ 7,9 bilhões

Lideranças do Congresso articulam a aprovação de projeto que promove uma manobra para abrir espaço, ainda neste ano, para o pagamento de emendas do orçamento secreto. A votação está prevista para hoje, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Se passar, vai para o plenário.

Cerca de R\$ 7,9 bilhões em emendas foram bloqueados pela equipe econômica para não furar, em 2022, o teto de gastos, que atrela o crescimento das despesas à inflação. Os líderes dos partidos pressionam pela liberação desses recursos que, na prática, funcionam como moeda de troca nas negociações das votações.

Inicialmente, o projeto do governo ampliava o prazo para o envio de propostas de abertura de créditos adicionais para remanejar despesas do Orçamento de 2022. Esses créditos suplementares são comuns no fim de cada ano. Mas o relator do projeto, deputado AJ Albuquerque (PP-CE), incluiu vários artifícios técnicos para, na prática, abrir espaço no teto.

O parecer faz uma série de ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para abrir espaço no teto em 2022. Entre eles, não será preciso cancelar despesa para cumprir o limite do teto de gastos, se houver ajuste de caixa. Essa manobra permite "jogar" a despesa para o ano seguinte.

A Lei Paulo Gustavo, da Cultura, também só terá limite aberto do que for gasto em 2022, e não o valor inteiro de R\$ 3,86 bilhões. O parecer ainda altera o cronograma de despesa obrigatória para abrir espaço no teto. Essa mudança permite que o governo não empenhe (faça a primeira etapa do gasto, quando é feita a reserva do dinheiro para bancar a despesa) a despesa obrigatória (como salários e aposentadorias), e o saldo é usado como espaço no teto de gastos.

## CMO analisa emendas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa, hoje, o relatório do deputado José Priante (MDB-PA), coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE). A reunião está marcada para as 14h30. O CAE é um órgão permanente da CMO que pode propor a inadmissibilidade de emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLN 32/2022).

O relatório de Priante ainda não foi divulgado, mas uma análise técnica preliminar das Consultorias de

Orçamento do Senado e da Câmara sugere a inadmissibilidade de 93 emendas coletivas.

(Agência Senado)

# Mais integração e desenvolvimento (Editorial)

Numa vitória monumental para o Brasil, o economista Ilan Goldfajn assumirá, em 19 de dezembro, a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Criada em 1959, com o apoio do então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, a instituição terá vital importância para liderar investimentos na América Latina, sobretudo em infraestrutura, com foco na preservação do meio ambiente e na redução das desigualdades sociais que marcam a região. Estão em andamento hoje, nos países latinos, 661 projetos, totalizando US\$ 562 bilhões, dos quais 82 empreendimentos no Brasil, que, apenas em 2021, recebeu US\$ 12,5 bilhões em financiamentos.

Não há como se falar em crescimento econômico sustentado sem investimentos em infraestrutura. Sozinhos, os governos da América Latina não têm como tocar projetos nas áreas de energia, telecomunicações, tecnologia e transportes, por estarem endividados e pela prioridade em destinar os desembolsos para saúde, educação e segurança pública. Nos últimos anos, por uma série de razões, o BID acabou se distanciando de suas prioridades. Quem perdeu com isso foi a região, que necessita voltara impulsionar o crescimento, o caminho mais promissor para a geração de emprego e renda.

Goldfajn já sinalizou os temas que nortearão a sua gestão, de cinco anos: inclusão social e equidade, produtividade e inovação, integração econômica e enfrentamento da crise climática, passando, ainda, por igualdade de gênero e diversidade. A pauta, como o próprio economista ressaltou, se encaixa nas propostas do futuro governo brasileiro. Essa convergência é mais do que bem-vinda, uma vez que as demandas da população são urgentes. O Brasil, como destacou o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, cresceu, em média, menos de 0,5% ao ano na última década.

O primeiro brasileiro a ser eleito para o comando do BID está coberto de razão quando diz que a instituição precisa retomar sua liderança na América Latina. Todos os indicadores apontam a estagnação econômica da região, que voltou a conviver com **inflação** alta e juros proibitivos. A miséria também cresceu, resultado da ampliação do fosso que separa ricos e pobres. Portanto, os governos que tanto reivindicam um papel mais ativo do banco não podem

se omitir. Têm como obrigação apresentar projetos sólidos, que garantam mais desenvolvimento. É relevante destacar também que a América do Sul tem o maior ativo para o planeta, a Amazônia, que deve ser preservada a todo custo.

Há várias formas de se combater o aquecimento global. E o BID tem de ser- e será, segundo Goldfajn - a principal plataforma para a redução na emissão de gases de efeito estufa na América Latina. Os créditos liberados pela instituição levam essas questões em consideração. Países que estão sendo afetados por furacões e enchentes, eventos que se tornarão mais frequentes, tendem a receber atenção especial. É possível, ainda, garantir a manutenção da biodiversidade, por meio de financiamentos que preservem o meio ambiente.

OBID, com Ilan Goldfajn à frente, é uma das chaves para o progresso latino-americano, tão desejado, mas adiado por escolhas erradas, sejam políticas, sejam econômicas. O futuro pede integração, foco em investimentos, gestão eficiente, visão social e ambiental. Certamente, com o banco caminhando nessa direção, a iniciativa privada tenderá a embarcar em projetos que façam a diferença. Todos têm a ganhar. Desperdiçar oportunidades é condenar os mais vulneráveis à desesperança. Mãos à obra.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/11/2022/p1>

# Gasto extra de até R\$ 136 bi não gera expansão fiscal, diz equipe de transição



O vice-presidente eleito, Gerardo Alckmin (PSB), coordenador da equipe de transição. Adriano Machado - 16.nov.22/Reuters

**Danielle Brant, Mateus Vargas, Matheus Teixeira e Idiana Tomazelli**

Em meio a críticas sobre o tamanho da fatura de gastos almejada pela equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a transição calcula que um gasto adicional de até R\$ 136 bilhões em 2023 não representaria uma expansão fiscal em relação a 2022, último ano do governo Jair Bolsonaro (PL).

O valor da fatura fora do teto de gastos é o ponto mais sensível da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição. O texto deve ser finalizado nesta semana.

A versão apresentada na semana passada ao Congresso Nacional prevê a retirada do Bolsa Família do alcance do teto de gastos e a possibilidade de realizar investimentos fora do limite. Embora a PEC não traga nenhum valor explícito em seu texto, as estimativas dos petistas apontam uma despesa de até R\$ 198 bilhões.

Desse valor, R\$ 175 bilhões iriam para bancar o benefício mínimo de R\$ 600 aos beneficiários do Bolsa Família e para financiar a parcela extra de R\$ 150 por criança de até seis anos. Outros R\$ 23 bilhões iriam para os investimentos públicos.

O tamanho do gasto extra teto tem alarmado o mercado financeiro, que critica a expansão fiscal e vê

na PEC um risco para a trajetória da dívida pública do Brasil.

O ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa, que é um dos quatro coordenadores do grupo técnico de economia na transição, afirmou nesta segunda-feira (21) que um gasto extra de R\$ 136 bilhões em 2023 não significaria uma expansão fiscal em relação a 2022.

"Neste ano, o governo Bolsonaro vai gastar, segundo o último relatório bimestral, 18,9% do PIB [Produto Interno Bruto]", disse. "Para o ano que vem, o governo propôs um gasto de 17,6% do PIB, significativamente inferior ao deste ano", prosseguiu.

"O que isso significa? Significa que se você adicionar até R\$ 136 bilhões de gasto no Orçamento do ano que vem, em termos do tamanho da economia, não será expansão fiscal. O gasto do ano que vem será igual ao efetivamente feito no último ano do governo Bolsonaro", afirmou Barbosa.

Ele ressalta que a projeção considera a estimativa de crescimento feita pelo atual governo ao enviar o projeto de lei orçamentária, em agosto. A previsão era de um avanço de 2,5%, com uma renda nominal gerada no valor de R\$ 10,6 trilhões.

O ex-ministro disse ainda que uma autorização adicional de R\$ 70 bilhões, como vem sendo proposto, "é pouco" dada a compressão de diversas áreas no Orçamento. Ele ressaltou, porém, que se trata de uma avaliação pessoal e que a equipe de economia na transição não chegou a nenhum consenso sobre números.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que a proposta será apresentada nesta terça (22). Já o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG) disse que o texto fica pronto até esta quarta (23).

"Acho que até amanhã [terça] já tem o texto. Acho que não será diferente do que vocês estão sabendo, divulgando, com a margem de quatro anos. E vamos conversar e dialogar com Parlamento", declarou Randolfe.

No Legislativo, há um movimento para que a ampliação de gastos para o próximo ano fique abaixo

do patamar defendido por aliados de Lula.

O PT acredita que tenha votos suficientes para aprovação de uma PEC que garanta a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 em 2023, proposta apresentada tanto por Lula quanto por Bolsonaro durante as eleições.

Além do impasse sobre o valor da fatura extrateto, há uma discussão sobre o período de duração da autorização. A minuta da PEC foi apresentada na semana passada sem prazo -ou seja, com validade permanente.

Randolfe afirmou nesta segunda-feira que o mais provável é que esse prazo fique em quatro anos e que a contrapartida pode vir no texto da PEC ou a médio prazo, com propostas de ajuste fiscal no curso do novo governo.

Há um movimento, porém, para que esse período seja reduzido. Líder do centrão e ministro da Casa Civil de Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), por exemplo, defende que a autorização para estourar o teto seja apenas para 2023, primeiro ano da nova administração.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), têm sido pressionados pela ala liberal do Parlamento e por integrantes do mercado financeiro a reduzir o valor que irá estourar o teto. O argumento é que uma cifra muito alta iria desequilibrar as contas públicas e pôr em xeque a responsabilidade fiscal.

Tempo é exíguo para aprovar PEC, afirma Lira

César Feitoza

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta segunda-feira (21) que o prazo para a aprovação de PEC da Transição é exíguo e que, apesar da complexidade do assunto, ainda não há nem sequer um texto apresentado no Congresso Nacional.

"A PEC está posta num anteprojeto que deverá começar a tramitar pelo Senado. Não tem ainda o texto, o autor, as assinaturas. O que temos é um tempo exíguo, de praticamente 17,20 dias úteis, para discutir um texto desses", disse Lira em evento da Abad (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidoras).

Essa foi a primeira declaração pública de Lira desde que recebeu de Alckmin a minuta da PEC da Transição, na quarta-feira (16). O texto retira o Bolsa Família do teto de gastos e mantém o valor do

benefício em R\$ 600, com impacto de ao menos R\$ 175 bilhões nas contas públicas.

Durante o discurso, o presidente da Câmara evitou comentar o mérito da minuta apresentada pelo vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), na semana passada.

Para Lira, antes de se pronunciar sobre o tema, será preciso realizar reuniões entre os líderes partidários e entre ele, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o presidente da Comissão Mista de Orçamento, Celso Sabino (União Brasil-PA), e o relator do Orçamento, Marcelo Castro (MDB-PI).

"É a partir daí que, dependendo dessa reunião, da disposição dos partidos, dos líderes, é que se confeccionará um texto. E, se for de se aprovar, esse texto, tem que ser minimamente equivalente nas duas Casas", completou.

O presidente da Câmara disse que o tema central da discussão é o pagamento do Auxílio Brasil - que voltará a ser chamado de Bolsa Família- no valor de R\$ 600.

"O restante, o tempo [de validade da PEC] e o impacto [orçamentário] , isso eu me reservo o direito de falar como comecei: a minha vontade nunca foi preponderante. A decisão, nós sempre trabalhamos para que o todo represente a vontade do Parlamento. Será feito dessa maneira", concluiu.

Além dos R\$ 175 bilhões fora do teto previsto na PEC -R\$ 157 bilhões para assegurar a continuidade do pagamento mínimo de R\$ 600 e R\$ 18 bilhões para bancar a parcela adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos-, a minuta também prevê que uma parcela das receitas extraordinárias possa ser usada para custear investimentos públicos fora do teto de gastos.

O argumento é que essa despesa teria uma espécie de lastro fiscal, ou seja, só seria realizada mediante o excesso de arrecadação.

A ideia, porém, é estipular um limite para essa parcela, equivalente a 6,5% do excesso de arrecadação verificado em 2021 -o que resulta em um valor seja de até R\$ 23 bilhões.

Na prática, o extrateto poderá ser de até R\$ 198 bilhões, caso a PEC seja aprovada da forma como foi apresentada, como antecipou a Folha.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50103>

# Lula vai precisar elevar carga tributária, afirmam especialistas

**Eduardo Cucolo** são paulo

O Brasil precisa elevar a carga tributária para financiar um aumento das despesas de bem-estar social, e isso pode ser feito por meio de reformas que aumentem a taxa de imposto dos mais ricos.

Essa é a avaliação de especialistas que participam de um debate sobre tributação realizado na FEA (faculdade de economia e administração da USP).

Entre eles, estão Esther Dweek, membro da equipe de transição do presidente eleito na área de orçamento, e Felipe Salto, secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, que também tem colaborado com o futuro governo.

Dweek afirmou que a discussão de uma nova regra fiscal pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa estar ligada à busca por uma tributação mais progressiva, ou seja, que onere os mais ricos.

A ex-secretária de orçamento federal afirma que o nível de tributação no Brasil está próximo ao verificado em países com um Estado de bem-estar social robusto e que quem paga menos imposto é justamente quem tenta trazer a ideia de que a carga é muito elevada no país.

Segundo ela, a tributação não deve ser vista como uma "carga", mas como um pacto de redistribuição de recursos.

"A gente deveria consolidar um Estado de bem-estar social no Brasil, que precisa de mais recursos, e tem de ter uma tributação mais alta para permitir isso", afirmou durante seminário sobre taxa de imposto no Brasil organizado pelo Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA/USP) e pela LabPub.

Felipe Salto também afirma ver necessidade de uma maior tributação para financiar uma demanda crescente por gastos sociais.

"A carga tributária vai ter de aumentar. Não vai ter estabilização da dívida/**PIB** se não tiver aumento, mas vamos fazer isso de maneira correta, de forma progressiva", afirmou o secretário da Fazenda paulista, que entregou à equipe de transição uma proposta de

nova regra fiscal para substituir o teto de gastos, conforme antecipado pela Folha.

Vilma Pinto, diretora da IFI (Instituição Fiscal Independente), afirma que o Brasil tem nível de tributação semelhante ao da OCDE, grupo de países emergentes e desenvolvidos, mas possui taxa de imposto menor sobre renda e propriedade, e mais sobre consumo e folha de salários.

Estudo elaborado por Vilma mostra que, em geral, quanto maior a carga tributária, menos desigual o país. O Brasil é uma exceção a essa regra.

Na avaliação dos especialistas, convencer eleitores e parlamentares a mexer na carga tributária não será tarefa simples.

Levantamento coordenado pela professora Marta Arretehe, da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP), mostra que apenas 5% das propostas tributárias que tramitaram no Legislativo desde a Constituição têm algum caráter progressivo.

Isso se for incluída na lista medidas como desoneração da cesta básica, revogação da isenção de lucros e dividendos, correção da tabela do Imposto de Renda da pessoa física e imposto sobre grandes fortunas, por exemplo.

"A preferência dominante do Congresso é pela concessão de desonerações e benefícios fiscais. Propostas progressivas são francamente minoritárias entre as proposições apresentadas", afirma a professora.

"Se adotarmos um critério mais rigoroso sobre progressividade, esse percentual é traço, menos de 1%", diz Arretehe, destacando o PSOL como praticamente único partido com propostas realmente progressivas de tributação.

Ela afirma que esse percentual permaneceu baixo quando a esquerda estava no poder e aumentou quando esse campo político se tomou oposição.

Mas diz que isso não pode ser entendido como uma antecipação do que o próximo governo fará a partir de 2023, pois o período 2003-2016 foi marcado por forte crescimento da arrecadação que pode ter contribuído

para adiar reformas nesse sentido.

Com base em outros estudos, ela afirma não ver disposição no eleitorado para aumento da carga tributária, exceto no caso de uma proposta que deixe claro os ganhos e benefícios com a maior taxaço.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>**

**03**

## Passos corretos na COP-27 (Editorial)

Como costuma acontecer após o encerramento das cúpulas climáticas da ONU (COPs), o sentimento geral ao fim desta 27ª edição foi de frustração, resumido na fórmula: "insuficiente". E, como costuma acontecer também, essa atmosfera de decepção acaba obnubilando avanços nas discussões e conquistas concretas na resolução final.

As políticas climáticas apoiam-se num tripé: mitigação (a redução das emissões de gases de efeito estufa), adaptação (aos impactos dessas emissões) e compensação (aos países menos poluentes pelos danos causados pelos maiores poluentes). Ainda que essenciais, os dois últimos pilares são paliativos. O crucial para conter o aumento da temperatura é o primeiro e, sobre esse aspecto, de fato, não houve avanços na COP-27.

A resolução da COP-26 foi a primeira a incluir um compromisso de diminuição no uso dos combustíveis fósseis, conclamando à "redução de energia a carvão sem captura de carbono e à eliminação de subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis". Esperavam-se avanços agora. A Índia propôs um compromisso com a redução de todos os combustíveis fósseis. No documento final, contudo, nenhum desses temas foi mencionado. A insatisfação foi vocalizada por Alok Sharma, presidente britânico da COP anterior: "Pico das emissões até 2025... Não nesse texto. Claro prosseguimento na redução do carvão: não nesse texto. Um compromisso claro com a eliminação de todos os combustíveis fósseis: não nesse texto".

Mas, se, considerando os desafios estruturais para a mitigação do aquecimento global, o desgosto com a estagnação é justificado, as razões para essa estagnação também o são por uma conjuntura extraordinariamente adversa. Entre uma COP e outra eclodiu uma guerra na Europa, e com ela vieram uma **inflação** galopante e uma crise alimentar e energética. Grandes produtores de óleo e gás, como Rússia e Arábia Saudita, sentiram-se empoderados para resistir a pressões; e grandes consumidores, vulneráveis para exercê-las.

Há temas importantes para o clima que não estão sendo devidamente debatidos. Muitos economistas especialistas em clima advertem que o mundo tem gastado muito subsidiando fontes renováveis ineficientes, e muito pouco investindo em inovação para tornar essas tecnologias de fato eficientes (abundantes, confiáveis e baratas), o que seria a solução para a transição energética.

Como ponto positivo da COP-27, os 200 países aprovaram um marco que vinha sendo eludido em todas as COPs desde 1995. Pactuou-se um fundo de perdas e danos para os países mais vulneráveis aos impactos climáticos. Em 2009, as nações ricas haviam prometido US\$ 100 bilhões por ano, embora não tenham ultrapassado US\$ 83 bilhões em nenhum ano. O avanço deste ano está na admissão formal de suas responsabilidades e na criação do fundo. Mas quase todos os detalhes - quanto dinheiro será dado, por quem, para quem, para que e sob quais condições - ainda não foram definidos.

A COP-27 também marcou a admissão de que, para vencer esses desafios, será preciso reorganizar o sistema financeiro global, especialmente instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, permitindo, por exemplo, condições especiais de empréstimos e amortização de dívidas a países pobres atingidos por impactos climáticos.

Em relação à transição energética, ainda que a COP-27 não tenha gerado compromissos formais, o mundo tem avançado. Nos últimos três séculos, as emissões de carbono e o aumento da qualidade de vida cresceram juntos. Mas organizações como a Agência Internacional de Energia ou o Global Carbon Budget registram que a taxa de produção de poluentes per capita vem caindo e a produção de combustíveis fósseis atingirá um platô nos próximos anos e depois deve declinar. Assim, pela primeira vez desde a revolução industrial, o crescimento econômico já não dependerá do crescimento das emissões.

Em outras palavras, o mundo ainda não encontrou a solução para manter a temperatura global em níveis toleráveis, mas começa a caminhar na direção certa. O desafio agora é acelerar o passo.»



# Nelson Barbosa diz que há espaço para gastar R\$ 136 bi a mais em 2023

**LAURIBERTO POMPEU BRASÍLIA**

O ex-ministro das pastas da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa afirmou ontem que expandir os gastos em até R\$ 136 bilhões no ano que vem não significaria aumento de despesas na proporção do **PIB** em relação ao nível de 2022.

A declaração foi dada ao comentar a negociação para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que pretende abrir espaço fiscal para pagar um Auxílio Brasil (futuro novo Bolsa Família) de R\$ 600 e outros programas sociais. O texto foi criticado por pedir ao Congresso uma "licença" para gastar quase R\$ 200 bilhões fora do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**.

Um anteprojeto da PEC foi apresentado na semana passada, e o seu texto final está agora sendo discutido com lideranças dos partidos no Congresso.

Barbosa, que faz parte do grupo de economia da equipe de transição montado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), declarou que os R\$ 70 bilhões propostos pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) em uma PEC alternativa são insuficientes.

"A minha opinião pessoal é de que R\$ 70 bilhões é pouco.

Porque o Orçamento que foi mandado para 2023 tem um gasto em proporção ao **PIB** inferior ao de 2022. Este ano, o governo Bolsonaro vai gastar, segundo o último relatório bimestral, 18,9% do **PIB**. Aliás, vão soltar outro relatório bimestral agora (a previsão é nesta terça-feira), vamos ver qual a despesa que eles vão projetar para este ano. Acho que é próximo de 19% do **PIB**. Para o ano que vem, o governo projetou um gasto de 17,6%, significativamente inferior ao desse ano", declarou o ex-ministro.

De acordo com Barbosa, a previsão de gasto para 2023 feita pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), contida no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado ao Congresso, é menor do que o valor que deve ser praticado neste ano. "O que isso significa?

Significa que, se você adicionar até R\$ 136 bilhões ao

Orçamento do ano que vem não, será expansão fiscal. Se adicionar até R\$ 136 bilhões no Orçamento do ano que vem, o gasto será igual ao efetivamente feito no último ano do governo Bolsonaro."

SEM VALORES.

Apesar de reclamar da PEC do senador do PSDB de Sergipe, Barbosa evitou sugerir uma previsão ideal de despesas da PEC de Transição. "Esse valor é uma proposta que a equipe de transição no Congresso está negociando, e nós (a equipe de economistas que ele integra) não temos uma recomendação de valor", afirmou.

Como mostrou o Estadão, a equipe política de articulação no Congresso tem tomado a frente na negociação da PEC, e os economistas do grupo estão apartados.

Além de Barbosa, o economista Guilherme Mello, próximo ao PT, e André Lara Resende e Persio Arida, "pais" do Plano Real, também fazem parte do grupo de trabalho da área na transição.

"Nós estamos analisando e conversando com a equipe que está negociando isso no Congresso. As negociações da PEC da Transição são atribuições do grupo de transição do Congresso", declarou Barbosa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Congresso articula liberação de R\$ 7,9 bi do orçamento secreto

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA | COLABORARAM  
MATHEUS DE SOUZA e GIODANNA NEVES**

Lideranças do Congresso articulam a aprovação de projeto que promove uma manobra para abrir espaço, ainda neste ano, para o pagamento de emendas do orçamento secreto.

A votação está prevista para hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Se passar, vai para o plenário.

Cerca de R\$ 7,9 bilhões em emendas foram bloqueadas pela equipe econômica para não furar em 2022 o teto de gastos, que atrela o crescimento das despesas à inflação. Os líderes dos partidos pressionam pela liberação desses recursos que, na prática, como mostrou o Estadão, funcionam como moeda de troca nas negociações das votações.

Inicialmente, o projeto do governo ampliava o prazo para o envio de propostas de abertura de créditos adicionais para remanejar despesas do Orçamento de 2022. Esses créditos suplementares são comuns no fim de cada ano. Mas o relator do projeto, deputado AJ Albuquerque (PP-CE), incluiu vários artifícios técnicos para, na prática, abrir espaço no teto.

O parecer faz uma série de ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para abrir espaço no teto em 2022. Entre eles, não será preciso cancelar despesa para cumprir o limite do teto de gastos, se houver ajuste de caixa. Essa manobra permite "jogar" a despesa para o ano seguinte.

A Lei Paulo Gustavo, da Cultura, também só terá limite aberto do que for gasto em 2022, e não o valor inteiro de R\$ 3,86 bilhões.

O parecer também altera o cronograma de despesa obrigatória para abrir espaço no teto.

Essa mudança permite que o governo não empenhe (faça a primeira etapa do gasto, quando é feita a reserva do dinheiro para bancar a despesa) a despesa obrigatória (como salários e aposentadorias), e o saldo é usado como espaço no teto de gastos.

LIRA.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou

ontem que o Congresso não deve recuar "um milímetro" no debate sobre as emendas de relator, base do orçamento secreto.

O tema foi classificado por Lira como uma das "prerrogativas" do Parlamento.

"É errado retroceder. Nós avançamos um pouco nas prerrogativas de que, ao longo dos anos, abrimos mão. Nossa luta em Brasília é para que essas prerrogativas permaneçam, cresçam, para que se chegue no limite constitucional, e não se avance um milímetro nem também se recue um milímetro", disse, em evento em São Paulo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>